



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**

*Compromisso da Irmandade  
da Santa Casa da  
Misericórdia de Anadia*

**(Versão atual, aprovada em Assembleia Geral de Irmãos, em 17 de  
Março de 2025)**



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

## **NOTA PRÉVIA**

O Decreto-Lei nº 172-A /2014, de 14 de novembro, alterou profundamente o regime jurídico das Misericórdias, determinando o seu artigo 5º, nº 4, que as mesmas têm o prazo de um ano para adequarem os seus Compromissos à nova lei, sob pena de perderem a qualificação como IPSS e o respetivo registo ser cancelado.

Como a Conferência Episcopal Portuguesa promulgou o Decreto Geral para as Misericórdias, de 23.4.2009, e o Decreto Geral Interpretativo, de 2.5.2011, e acordou o Compromisso Tipo de 2.5.2011 com a União das Misericórdias Portuguesas, torna-se necessário introduzir algumas alterações ao Compromisso até agora em vigor, a fim de se explicitarem os preceitos legais a desenvolver e determinar o modo como eles se devem observar por cada Bispo Diocesano na sua Diocese.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**Artigo 1.º**  
**(Denominação, fim e natureza jurídica)**

**1** – A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Anadia, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente, Misericórdia de Anadia, instituída no ano de 1908, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo o fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

**2** – Em conformidade com a sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de maio de 2011 (de ora em diante designado abreviadamente por Compromisso CEP/UMP) ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto-Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.

**3** – A Santa Casa da Misericórdia tem, também, reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

**Artigo 2.º**  
**(Âmbito, duração e princípios)**

**1** – Santa Casa da Misericórdia, constituída por tempo indeterminado, tem a sua sede na rua Dr. Alexandre Seabra, nº. 29, na cidade de Anadia e exerce a sua ação nas freguesias do concelho de Anadia abrangidas ou não pela ação de outras Misericórdias, aí podendo estabelecer delegações.

**2** – A Santa Casa da Misericórdia pode igualmente estender a sua ação aos municípios limítrofes ao da sua sede, desde que aí não exista outra Santa Casa da Misericórdia ou que, existindo, esta expressamente não se oponha.

**3** – Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram e orientam, a Santa Casa da Misericórdia poderá, com vista à melhor realização dos seus fins:

- a) Negociar e celebrar acordos e parcerias com o Estado Português, com as Autarquias Locais, com outras Irmandades da Misericórdia, com



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

Instituições Particulares de Solidariedade Social e com outras entidades nacionais ou estrangeiras empenhadas na prática da solidariedade social e caridade cristã;

- b) Aceitar a cooperação de outras entidades públicas ou particulares;
- c) Empenhar-se em promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e a população locais em tudo o que respeitar à manutenção e desenvolvimento das obras sociais, existentes ou a criar, designadamente através de atuações de carácter dinamizador e educativo.

**4** – A Santa Casa da Misericórdia poderá constituir associações uniões, federações e confederações com outras Santas Casas da Misericórdia, instituições do sector da economia social, entidades do sector público e organizações do sector privado, para criar ou manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e desenvolver ações sociais de responsabilidade partilhada.

**5** – A Santa Casa da Misericórdia é membro da União das Misericórdias Portuguesas, com todos os deveres e direitos inerentes a tal condição.

**Artigo 3.º**  
**(Objetivos)**

**1** – Para concretização do seu fim, a Santa Casa da Misericórdia de Anadia pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em risco;
- b) Apoio às pessoas idosas;
- c) Protecção e apoio aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, pessoas com deficiência e incapacidade, sem abrigo e as vítimas de violência doméstica;
- d) Apoio à família e comunidade em geral;
- e) Apoio à intervenção social e comunitária das pessoas e desenvolvimento das respectivas capacidades;
- f) Protecção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

**2** – Na medida em que a prática o aconselhe e as possibilidades o permitam, os objectivos referidos no número anterior concretizam-se através da criação e manutenção das seguintes actividades/respostas sociais:

- a) Creche, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, Centro de actividades de tempos livres;
- b) Serviço de apoio domiciliário, Centro de convívio, Centro de Dia, Centro de Noite, Estrutura residencial para pessoas idosas, Lar Residencial;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**3 – A Santa Casa da Misericórdia de Anadia pode prosseguir fins secundários, concedendo bens e desenvolvendo actividades não lucrativas, designadamente:**

- a)** Prevenção, promoção e protecção de saúde, nomeadamente, através de prestação de cuidados de medicina e reabilitação, reintegração e de aquisição e fornecimento de medicamentos, de assistência medicamentosa, de Hospital, de unidades de cuidados paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamento de doenças de foro mental ou psiquiátrico e de demência;
- b)** Promoção da Educação e formação profissional dos cidadãos e da igualdade entre todas as pessoas, independentemente do género, crença ou raça, através de programas próprios;
- c)** Resolução dos problemas habitacionais e não habitacionais da população, através do acervo patrimonial que possui;
- d)** Turismo Social;
- e)** Promoção de projectos e publicações documentais de interesse institucional e bem assim de meios de comunicação social com perspectiva cristã e de solidariedade social;
- f)** Actividade agrícola, florestal, pecuária e protecção de recursos naturais;
- g)** Salvaguarda e defesa do património material e imaterial, assim como instalação, promoção e conservação do museu, biblioteca e arquivo histórico.

**4 – Sem prejuízo para os fins e objectivos nos números anteriores, a Santa Casa da Misericórdia de Anadia pode ainda, de modo instrumental, prosseguir outras actividades a título gratuito ou geradoras de fundos para garantir a sustentabilidade económica/financeira, por si ou em parceria, ou por qualquer outra forma societária, desde que permitida por Lei e deliberada por Assembleia Geral e tenham capacidade de gerar valor social e contribuir para o financiamento da concretização dos seus fins e objectivos sociais, designadamente:**

- a)** Actividade comercial, designadamente cafetaria/pastelaria;
- b)** Aluguer e banco de produtos de apoio;
- c)** Actividade de Farmácia comunitária;
- d)** Actividades culturais, exposição, concertos, visitas e conferências disponibilizadas pela área social da Santa Casa da Misericórdia de Anadia ou pelo seu Museu;
- e)** Actividades recreativas e desportivas disponibilizadas pela área social da Santa Casa da Misericórdia de Anadia;

**5 – Quando cumpra os critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril, e pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março, sobre actividades secundárias e instrumentais, a Misericórdia assume a natureza de empresa social ou sociedade de empreendedorismo social, para efeitos aí definidos.**



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**6** – Para a promoção dos seus fins compromissórios, a Misericórdia apoia e incentiva o voluntariado, promovendo a cooperação e a ética na responsabilidade.

**Artigo 4.º**  
**(Bandeira e Brasão)**

**1** – A Bandeira é o símbolo representativo da Santa Casa da Misericórdia.

**2** – O Brasão é composto por um escudete dividido a meio, tendo do lado direito os escudos da Bandeira Nacional e do lado esquerdo a composição de uma caveira sobre duas tíbias cruzadas e encimada por uma cruz; o escudete assenta na esfera armilar e esta é envolvida por dois ramos florais, com a legenda Misericórdia de Anadia.

**3** – Além da sua Bandeira, denominada da Misericórdia, a Santa Casa da Misericórdia poderá usar trajes habituais, designados por Opas e acompanhados por Bastões.

**4** – A Assembleia Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais.

**Artigo 5.º**  
**(Dos Irmãos da Misericórdia)**

**1** – Constituem a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia todos os Irmãos inscritos à data desta alteração estatutária e os Irmãos que, de futuro, nela venham a ser admitidos.

**2** – O número de Irmãos é ilimitado e deve representar a comunidade cristã em que se insere.

**Artigo 6.º**  
**(Admissão e readmissão)**

**1** – Podem ser admitidos como Irmãos os indivíduos de ambos os sexos que reúnam as seguintes condições:

- a)** Sejam maiores de idade;
- b)** Sejam naturais ou residentes nas freguesias da área de ação da Misericórdia de Anadia ou a ela ligados por laços de afetividade, embora naturais, ou residentes fora daquela área;
- c)** Gozem de boa reputação moral e social;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- d) Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristã e revelem, pela sua conduta social ou pela sua atividade pública, respeito pela fé católica e seus fundamentos;
- e) Se comprometam ao pagamento de uma quota mínima, de valores e periodicidade aprovados em Assembleia Geral;

**2** - A admissão dos Irmãos é feita mediante proposta assinada por dois Irmãos e pelo próprio candidato, em que este se identifique e se comprometa a cumprir as obrigações de Irmão e indique o montante da quota que subscreve, se for superior ao estatutariamente estipulado.

**3** - Tal proposta será submetida à apreciação e deliberação da Mesa Administrativa numa das suas reuniões ordinárias posteriores à apresentação nos Serviços Administrativos da Irmandade da Misericórdia no prazo imprerível de trinta dias.

**4** - Serão admitidos os candidatos que reúnam as condições legais e compromissórias.

**5** - Só se consideram admitidos os candidatos aceites por unanimidade dos membros da Mesa Administrativa ou que, a requerimento de um desses membros, reúnam em escrutínio secreto a maioria dos votos favoráveis à aceitação da totalidade dos titulares deste Órgão, consideram-se equivalentes a rejeição a abstenção e os votos nulos ou em branco.

**6** - Da rejeição da proposta de admissão cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor conjuntamente pelos proponentes no prazo de trinta dias seguidos a contar da data da notificação.

**7** - A admissão de novos Irmãos terá efeito compromissório e legal depois de estes assinarem, perante o Provedor, no prazo de trinta dias a contar da notificação da admissão, documento ou livro pelo qual se comprometam a desempenhar com fidelidade os seus deveres de Irmãos, após o qual serão inscritos no respetivo Livro.

**8** - A readmissão de Irmão obedece aos mesmos termos da admissão.

**Artigo 7.º**  
**(Deveres)**

Todos os Irmãos são obrigados:

- a) A honrar, defender e proteger a Santa Casa da Misericórdia em todas as circunstâncias legítimas, em especial quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de instituição particular e eclesial, procedendo com reta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas antes e sempre, com o pensamento em Deus, nos Irmãos e nos Beneficiários;



7

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- b) A observar, cumprir e fazer cumprir as disposições compromissórias e regulamentares da Misericórdia;
- c) A desempenhar com zelo e dedicação as funções dos Órgãos Sociais para os quais tiverem sido eleitos;
- d) A não cessar a atividade nos cargos sociais para que foram eleitos sem prévia participação escrita e fundamentada ao Presidente da Assembleia Geral;
- e) A colaborar no progresso e desenvolvimento da Misericórdia, de modo a prestigiá-la e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil;
- f) A divulgar os fins e atividade prosseguidos pela Santa Casa da Misericórdia, com vista a promover o incremento da atividade voluntária e do número de Irmãos, bem como a angariação de donativos e patrocínio de causas promovidos pela Mesa Administrativa ou por ela aprovados;
- g) A comparecer, sempre que possível, nos atos oficiais e nas solenidades e cerimónias religiosas ou públicas que a Misericórdia promova ou para as quais haja sido convidado;
- h) Ao pagamento pontual da quota social, a que estiverem obrigados.

**Artigo 8.º**  
**(Direitos)**

**1 – Todos os Irmãos têm direito:**

- a) A participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) A eleger e ser eleitos para os Órgãos Sociais, contanto que, no mínimo, admitidos como Irmãos da Misericórdia, na data prevista no n.º 7 do artigo 6.º, há mais de dois anos, e tenham cumprido todos os deveres previstos no Compromisso;
- c) A recorrer para a Assembleia Geral das irregularidades ou infrações graves cometidas, quer pelos Órgãos Sociais, seus elementos isoladamente ou por qualquer Irmão, no âmbito das atividades da Misericórdia, sem prejuízo do recurso canónico para o Bispo Diocesano, depois de esgotados os recursos para a Assembleia Geral;
- d) A requer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, alínea b), deste Compromisso;
- e) A requerer, por escrito e com fundado interesse atendível, informação sobre a atividade e gestão da Misericórdia, mediante pagamento dos respetivos custos;
- f) A visitar, gratuitamente e com aviso prévio, as obras e serviços sociais da Misericórdia e a utilizá-los, com observância dos respetivos regulamentos;
- g) A ser sufragados, após a morte, com os atos religiosos previstos no Compromisso;
- h) A receber um exemplar deste Compromisso e o cartão de identificação, bem como a manter, devidamente atualizado, o seu número de Irmão;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- i) A solicitar a exoneração da qualidade de Irmão.
- 2 – Os Irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral em que forem direta ou pessoalmente interessados, salvo no que respeita aos atos eleitorais.
- 3 – A inobservância dos requisitos de capacidade eleitoral passiva previstos na alínea b), do n.º 1, determina a nulidade da eleição do candidato em causa.
- 4 – Os direitos dos Irmãos não podem ser reduzidos pelo facto de estes serem também trabalhadores ou beneficiários dos serviços prestados pela Irmandade da Misericórdia, salvo no que se refere ao voto nas deliberações respeitantes a condições e retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer direitos ou interesse que lhes digam respeito.

**Artigo 9.º**  
**(Infração, sanção e processo disciplinar)**

- 1 – Constitui infração disciplinar, punível com as sanções previstas no número seguinte, a violação grave e culposa pelo Irmão dos deveres consignados nas leis gerais do país, neste Compromisso e nas disposições regulamentares aprovadas em Assembleia Geral.
- 2 – Os Irmãos que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza, a gravidade e o carácter danoso da infração, às seguintes sanções:
  - a) Advertência;
  - b) Suspensão até doze meses;
  - c) Exclusão.
- 3 – A autoridade disciplinar reside na Mesa Administrativa.
- 4 – A deliberação de aplicação de sanção disciplinar será sempre precedida da instauração de processo disciplinar pela Mesa Administrativa, individualizando-se por forma escrita as infrações imputadas, com audiência prévia e garantias de defesa por parte do Irmão em causa.
- 5 – O processo disciplinar segue os termos previstos em regulamento próprio.

**Artigo 10.º**  
**(Perda da qualidade de Irmão)**

Perdem a qualidade de Irmão:

- a) Os que tiverem sido punidos com a pena de exclusão;
- b) Os que pedirem a respetiva exoneração;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- c) Os que deixarem de satisfazer as suas quotas por tempo superior a uma anuidade e que, depois de informados por escrito, não cumpram com esta obrigação ou não justifiquem a falta de pagamento no prazo de trinta dias.

### **Artigo 11.º (Exclusão)**

**1** – Poderão ser excluídos da Misericórdia os Irmãos que:

- a) Não prestarem contas de valores que lhes tenham sido confiados;
- b) Sem motivo justificado e atendível, se recusarem a servir os lugares dos Órgãos Sociais para que tiverem sido eleitos;
- c) Forem condenados judicialmente, por sentença transitada em julgado, por crimes de índole sexual, especialmente com vítimas menores, contra a vida e a integridade física, envolvendo violência familiar ou outro crime que, pela sua natureza, que afete o bom nome e missão da Misericórdia;
- d) Os que, voluntariamente, causarem danos materiais à Misericórdia ou concorram, direta e culposamente, para o seu desprestígio;
- e) Tomarem publicamente atitudes hostis à fé católica e às suas instituições.

**2** – Sem prejuízo do recurso canónico, da deliberação que aplique sanção de exclusão cabe recurso, com efeito suspensivo, para a Assembleia Geral, a interpor pelo Irmão interessado no prazo de trinta dias seguidos a contar da competente notificação, devendo o mesmo ser votado em reunião extraordinária até noventa dias após a sua interposição.

**3** – O Irmão que por qualquer forma deixar de pertencer à Irmandade da Misericórdia não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao período em que foi Irmão.

### **Artigo 12.º (Atividade espiritual e religiosa)**

**1** – Nas diversas obras sociais e serviços da Misericórdia poderá haver assistência espiritual e religiosa e, para tal, sendo possível, um Psicólogo e um Capelão privativo este provido pelo Bispo Diocesano, sob apresentação da Mesa Administrativa.

**2** – As Capelas da Santa Casa da Misericórdia são destinadas ao exercício do culto divino e nelas se realizarão, sempre que possível, os seguintes atos:

- a) Missa semanal da Santa Casa da Misericórdia;
- b) Missa de sufrágio por alma de cada Irmão falecido;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- c) A festa anual da Visitação em honra da Padroeira das Santas Casas da Misericórdia;
- d) As cerimónias Litúrgicas da Semana Santa;
- e) Missa no mês de novembro de cada ano por alma de todos os Irmãos, Beneméritos e Benfeitores falecidos;
- f) A celebração de outros atos de culto que constituam encargos aceites.

### **Artigo 13.º (Corpos Sociais)**

São Corpos Gerentes da Santa Casa da Misericórdia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal

### **Artigo 14.º (Mandato Social)**

- 1 – O mandato Social tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse.
- 2 – Os titulares dos Órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.
- 3 – O exercício do mandato dos titulares dos Órgãos só pode ter início após a respetiva tomada de posse, a qual, depois da devida homologação pelo Bispo Diocesano, é dada pelo presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral até ao 30.º dia posterior ao da eleição, ficando a eficácia canónica da posse dependente da emissão do competente decreto de homologação, sem prejuízo dos recursos eclesiais eventualmente apresentados.
- 4 – O Provedor só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
- 5 – Incumbe aos Órgãos Sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivo da Misericórdia aos Órgãos eleitos para novo mandato e até à posse destes, bem como informá-los com rigor de todas as circunstâncias relevantes que se possam repercutir na execução do mandato social.

### **Artigo 15.º (Exclusividade, não elegibilidade e impedimentos)**

- 1 – Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia, assim



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

como não é permitido o desempenho em simultâneo de cargos nos Órgãos Sociais de entidades da mesma ou idêntica natureza jurídica cujos fins e atividades sejam conflituantes com os da Misericórdia, bem como em uniões, federações e confederações de tais entidades.

**2** – Entre os membros da Mesa Administrativa e/ou os membros do Conselho Fiscal não pode haver laços de parentesco ou afinidade no 1.º grau da linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, bem como matrimoniais ou por pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges.

**3** – Os titulares dos Órgãos Sociais estão impedidos de votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges ou pessoas com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2.º grau de linha colateral

**4** – Os titulares da Mesa Administrativa não podem contratar direta ou indirectamente com a Santa Casa da Misericórdia, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a mesma, devendo tal facto ficar expressamente exarado em ata.

**5** – A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores contratados pela Santa Casa da Misericórdia.

**6** – O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia.

**7** – Para além doutras incapacidades previstas na lei, não podem exercer funções nos Órgãos Sociais os Irmãos que mantenham com a Santa Casa da Misericórdia litígio judicial.

**Artigo 16.º**  
**(Condição do exercício do cargo)**

**1** – O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas e documentalmente comprovadas e aprovadas pela Mesa Administrativa.

**2** – Quando o volume do movimento financeiro, do trabalho, das atividades a desenvolver, pela Santa Casa da Misericórdia de Anadia, bem como a constância e intensidade das responsabilidades ou a complexidade dos serviços exijam o trabalho e a presença prolongada de um ou mais membros da mesa Administrativa, podem eles passar a ser remunerados, desde que, sob proposta da Mesa Administrativa, a Assembleia Geral assim o delibere e fixe o respetivo montante da retribuição, nos termos da lei.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**Artigo 17.º**  
**(Forma de obrigar)**

- 1 – A Santa Casa da Misericórdia fica obrigada com as assinaturas conjuntas do Provedor e do Tesoureiro ou, na sua falta ou impedimento, respetivamente, do Vice-Provedor em conjunto com o Secretário ou com o Tesoureiro.
- 2 – Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas de quem a Mesa Administrativa deliberar.
- 3 – Nos atos de mero expediente bastará a assinatura do Provedor, de quem o substitui ou de outra pessoa nomeada para o efeito.

**Artigo 18.º**  
**(Responsabilidade dos titulares)**

- 1 – Os titulares da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal não podem abster-se de votar nas reuniões dos respetivos Órgãos a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
- 2 – Além de outros motivos legalmente previstos, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação ou resolução e a reprovarem em declaração exarada na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes depois de dela terem conhecimento;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na respetiva ata.
- 3 – Sem prejuízo do disposto no Código Civil, os Mesários são solidariamente responsáveis pela administração e gestão da Irmandade e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos e omissões de gestão praticados pela Mesa Administrativa ou por algum dos seus membros quando, tendo conhecimento de tais atos ou omissões, bem como do propósito de os praticar, não suscitarem a intervenção da Mesa e/ou do Conselho Fiscal no sentido de tomar as medidas adequadas.

**Artigo 19.º**  
**(Deliberações e atas)**

- 1 – A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**2** – Quando este Compromisso ou a lei não exijam maioria qualificada, as deliberações dos Órgãos Sociais são tomadas por maioria dos votos dos presentes.

**3** – As votações respeitantes às eleições dos Órgãos Sociais ou à apreciação do mérito e das características específicas de pessoas são feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

**4** – De cada reunião dos Órgãos Sociais lavrar-se-á ata, descrevendo sumária e fielmente o que se passou e deliberou, assinada por todos os membros presentes ou, quando respeite à Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.

**5** – A ata será aprovada no início da reunião seguinte ou em minuta na própria reunião, podendo, no caso de sessão da Assembleia Geral, ser outorgada à respetiva Mesa um voto de confiança para a sua aprovação.

**Artigo 20.º**  
**(Estatuto e composição da Mesa da Assembleia Geral)**

**1** – A Assembleia Geral é constituída por todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, nela residindo o poder soberano deliberativo da Santa Casa da Misericórdia de Anadia.

**2** – A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, à qual compete representar a Assembleia, bem como garantir o funcionamento democrático da Misericórdia.

**3** – Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir os trabalhos das reuniões.

**4** – Compõem, ainda a Mesa dois elementos, em regime de substituição e que só a integram, de facto, na falta ou impedimento de qualquer dos três elementos efetivos, sendo que o Presidente é substituído, sempre que necessário e possível, pelo Vice-Presidente.

**5** – No caso de não se encontrarem presentes nem o Presidente, nem o Vice-Presidente, completarão a Mesa os dois elementos substitutos que, entre si escolherão quem preside. No caso de não se encontrarem presentes nenhum dos cinco elementos eleitos para a Mesa, suficientes para completar esta, competirá à própria Assembleia Geral, designar, na ocasião, o Irmão que deva presidir e, eventualmente, escolher os restantes membros da Mesa.

**6** – No caso da renúncia ou de falta permanente ou duradoura, de qualquer dos elementos eleitos para membros da Mesa da Assembleia Geral, a Assembleia procede à sua recomposição por voto secreto, de entre o dobro dos elementos em falta, propostos pela Mesa Administrativa, completando o Irmão assim eleito o mandato social.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

## **Artigo 21.º** **(Competências da Assembleia Geral)**

**1** – Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias exclusiva dos outros Órgãos e, necessariamente:

- a)** Definir as linhas fundamentais de atuação da Santa Casa da Misericórdia;
- b)** Acompanhar a atuação dos demais Órgãos Sociais, zelando pelo cumprimento das disposições e princípios compromissórios e legais;
- c)** Apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, propostos pela Mesa Administrativa para o exercício seguinte, além de revisões orçamentais, sempre sob parecer do Conselho Fiscal;
- d)** Apreciar e deliberar sobre a alteração deste Compromisso e sobre a extinção, cisão ou fusão da Santa Casa da Misericórdia, sem prejuízo das formalidades canónicas;
- e)** Eleger os Órgãos Sociais ou alguns dos seus membros;
- f)** Destituir a totalidade ou parte dos membros da respetiva Mesa e os membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal;
- g)** Apreciar e deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- h)** Autorizar, sob proposta da Mesa Administrativa e parecer do Conselho Fiscal, a realização de financiamentos e mútuos onerosos;
- i)** Autorizar o Provedor, ou quem o substitua, a demandar os membros da Mesa Administrativa por actos ilícitos praticados no exercício das suas funções
- j)** Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
- k)** Deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais, bem como a alteração ou atualização dos atuais símbolos e brasão;
- l)** Fixar a eventual remuneração dos membros da Mesa Administrativa, nos termos do artigo 16.º;
- m)** Aprovar os regulamentos previstos neste Compromisso, sob proposta da Mesa Administrativa;
- n)** Apreciar e deliberar sobre os recursos interpostos das deliberações ou resoluções da Mesa Administrativa que lesem direta e gravemente os direitos de Irmão;
- o)** Fixar, sob proposta da Mesa Administrativa, os valores mínimos da quota a pagar pelos Irmãos, bem como a periodicidade e forma de pagamento;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- p) Deliberar, sob proposta da Mesa Administrativa, a atribuição da qualidade de Irmão Honorário ou Benemérito, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 40º do presente compromisso

2 – A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos Órgãos Sociais e mandatários, incluindo quem representa a Misericórdia nessa mesma ação, pode ser tomada na Assembleia Geral convocada para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

### **Artigo 22.º (Reuniões da Assembleia Geral)**

1 – As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.

2 – A Assembleia Geral reúne ordinariamente:

- a) No mês de dezembro do final de cada mandato, para a eleição dos Órgãos Sociais;
- b) Até 31 de março de cada ano, para apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior e do parecer do Órgão Fiscalizador, devendo estes documentos estar acessíveis para consulta dos Irmãos, na sede e, caso exista, no sítio institucional, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal;
- c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano seguinte, e o parecer do Órgão de Fiscalização, documentos estes que igualmente devem estar acessíveis para consulta dos Irmãos, nas mesmas condições de modo, tempo e lugar previstas na alínea anterior.

3 – Contrariamente ao que sucede nas reuniões extraordinárias, em que apenas podem ser tratados os assuntos expressamente referidos nas convocatórias, nas reuniões ordinárias podem ser tratados assuntos não previstos na respetiva ordem de trabalhos, mas sem poder deliberativo, salvo se estiverem presentes na reunião todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

4 – A Assembleia Geral reúne extraordinariamente:

- a) Quando regularmente convocada por iniciativa do respetivo Presidente ou a pedido do Provedor, da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal;
- b) A requerimento subscrito por um mínimo de 10% dos Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem de trabalhos.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**5** – As deliberações a que se refere a alínea g), do n.º 1, do artigo 21.º obedecem às seguintes regras:

- a) A alienação ou oneração dos bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico será feita nos termos do Compromisso e da lei, por valor que, em princípio, não poderá ser inferior ao da avaliação por perito oficial, efetuada para o efeito, informando-se o Bispo Diocesano sobre os elementos essenciais do negócio;
- b) A alienação de ex-votos que tenham sido oferecidos à Irmandade da Misericórdia ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história religiosas depende de licença eclesiástica;
- c) A oneração ou alienação de bens afetos a atividades culturais ou religiosas depende de autorização prévia do Bispo Diocesano.

**6** – As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias constantes das alíneas d), i) e j), do artigo 21.º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos.

**7** – No caso da alínea d), do n.º 1, do artigo 21.º, a extinção da Santa Casa da Misericórdia não terá lugar se, pelo menos, um número de Irmãos igual ao dobro dos membros dos Órgãos Sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da Instituição, qualquer que seja o número de votos contra.

**Artigo 23.º**  
**(Forma de convocação)**

**1** – A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos 15 dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa ou pelo seu substituto.

**2** – A convocatória é afixada nos serviços administrativos da Misericórdia e é também feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada Irmão ou por correio eletrónico, quando for formalmente conhecido pela Mesa Administrativa.

**3** – Deve ainda ser dada publicidade à convocatória das Assembleias Gerais nas publicações da associação, no sítio institucional eletrónico da Misericórdia e em aviso afixado em locais de acesso ao público, nas instalações e estabelecimentos da Instituição, bem como através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área onde se situe a sede.

**4** – Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

**5** – A decisão de convocação da Assembleia Geral extraordinária deve ocorrer no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento e a reunião deve realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**Artigo 24.º**  
**(Quórum e funcionamento)**

1 – A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito de voto, ou 30 minutos depois, com qualquer número de presenças, desde que tal cominação seja determinada na convocatória.

2 – A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Irmãos só poderá reunir com a presença mínima de três quartos dos requerentes, a cuja chamada se deve proceder, logo que for aberta a sessão.

3 – As deliberações da Assembleia Geral são tomadas com observância do disposto nos artigos 20.º e 23.º deste Compromisso.

**Artigo 25.º**  
**(Votos)**

1 – Na Assembleia Geral cada Irmão dispõe apenas de um voto.

2 – O Voto em representação não é admitido em nenhuma circunstância.

**Artigo 26.º**  
**(Mesa Administrativa)**

1 – A Mesa Administrativa é o Órgão de administração da Santa Casa da Misericórdia, sendo composta, por sete membros efetivos, dos quais um será o Provedor, e bem assim três suplentes.

2 – Logo que investidos no exercício das suas funções, os membros efetivos escolherão entre si o Vice-Provedor, o Secretário, o Tesoureiro e os três Vogais, sob proposta do Provedor.

3 – Os Irmãos suplentes podem ser chamados à colaboração da Mesa Administrativa quando for julgada conveniente a sua coadjuvação, caso em que têm direito a participar, mas sem direito a voto, ou quando se verifique impedimento dos efetivos.

4 – Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Mesa Administrativa, depois de esgotados os respetivos suplentes, chamados à efetividade pela ordem em que tiverem sido eleitos, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.



**5** – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

**6** – A Mesa Administrativa pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da Misericórdia ou em mandatários.

**Artigo 27.º**  
**(Competências da Mesa Administrativa)**

**1** – Compete à Mesa Administrativa representar a Misericórdia, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Praticar e promover as ações conducentes aos fins da Santa Casa da Misericórdia, às suas obras e ao seu desenvolvimento;
- b) Velar pela efetivação dos direitos dos beneficiários, bem como pelos privilégios, tradições e direitos da Misericórdia e, sobretudo, pela sua autonomia;
- c) Executar e fazer executar as deliberações dos Órgãos Sociais da Misericórdia, assim como zelar pelo cumprimento deste Compromisso e dos regulamentos que o completem;
- d) Deliberar sobre a admissão de Irmãos e aplicar as penas disciplinares de suspensão ou exclusão, nos termos deste Compromisso;
- e) Elaborar anualmente os documentos previstos no artigo 22.º, n.º 2, alínea b) e c), deste Compromisso, a fim se serem submetidos a parecer do Conselho Fiscal e deliberação da Assembleia Geral;
- f) Administrar os bens, obras e serviços da Misericórdia, zelando pelo bom funcionamento e organização dos seus vários setores;
- g) Contratar e gerir os recursos humanos da Misericórdia;
- h) Cobrar receitas, saldar despesas e deliberar sobre as dívidas incobráveis;
- i) Deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e donativos, assim como sobre a angariação de fundos, mediante donativos ou subscrições, por intermédio de Irmãos, individual ou coletivamente;
- j) Constituir grupos de trabalho, estudo e reflexão, com o objetivo de melhorar e desenvolver as atividades sociais da Misericórdia, designadamente através da divulgação do seu espírito, da sua obra, dos seus propósitos, das suas iniciativas e das suas realizações e necessidades, perante as populações locais, mediante encontros, reuniões e festividades de carácter local e cultural;
- k) Deliberar, nos termos da lei, sobre o arrendamento, comodato ou cessão de exploração de bens imóveis da Misericórdia, em razão de procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

vigorarem no mercado, de harmonia com os valores estabelecidos em peritagem oficial, exceto se se tratar de arrendamentos para habitação, que seguem o regime geral sobre arrendamentos, salvo ponderações de ordem social;

- l) Anualmente e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, enviar ao Bispo Diocesano o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício seguinte, nos mesmos termos em que o faz perante a Segurança Social, para conhecimento e para “visto” no que respeita às atividades culturais e religiosas;
- m) Elaborar o cadastro-inventário do património, móvel e imóvel, e dos valores da Santa Casa da Misericórdia, mantendo-o permanentemente atualizado;
- n) Deliberar sobre pleitos a intentar ou a contestar, assim como sobre transações, confissões ou desistências.

**2 – A Mesa Administrativa pode ainda:**

- a) Delegar a coordenação dos diversos serviços e respostas
- b) sociais, bem como as competências que entender, em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao seu serviço ou em mandatários;
- c) Delegar poderes de gestão numa Comissão Executiva, constituída pelo Provedor, que preside, por um Mesário e um terceiro elemento colaborador da Misericórdia.

**Artigo 28.º**

**(Competências dos membros da Mesa Administrativa)**

**1 – Compete ao Provedor, entre outras atribuições:**

- a) Superintender, diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito nomeadas, na administração da Misericórdia, orientando e fiscalizando os respetivos serviços e respostas sociais;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Mesa Administrativa, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Exercer a representação da Misericórdia, em juízo e fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Mesa Administrativa;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- e) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Mesa Administrativa conjuntamente com o Secretário;
  - f) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Mesa Administrativa na primeira reunião seguinte;
  - g) Assinar a correspondência, ordens de pagamento e os recibos comprovativos de arrecadação de receitas;
  - h) Delegar quaisquer dos seus poderes em outros membros da Mesa Administrativa;
  - i) Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo, ou que as leis vigentes ou o costume antigo lhe imponham.
- 2** – Compete ao Vice-Provedor coadjuvar o Provedor no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.
- 3** – Compete ao Secretário, entre outras atribuições:
- a) Superintender nos Serviços Administrativos e de Secretaria, bem como na organização dos arquivos da Santa Casa da Misericórdia;
  - b) Lavrar as atas das reuniões da Mesa Administrativa e efetuar a inscrição dos Irmãos admitidos no respetivo Livro;
  - c) Prover e atualizar o expediente da Misericórdia.
- 4** – Compete ao Tesoureiro, entre outras atribuições:
- a) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria da Santa Casa da Misericórdia;
  - b) Diligenciar pela prestação de informação mensal à Mesa Administrativa, através da apresentação de balancetes contabilísticos e de tesouraria;
  - c) Providenciar, regularmente, pelo fornecimento à Mesa Administrativa duma lista atualizada dos devedores;
  - d) Acompanhar a elaboração do inventário do património da Misericórdia, diligenciando pela sua permanente atualização.
- 5** – Compete aos Vogais coadjuvar os restantes elementos da Mesa Administrativa e desempenhar as tarefas que lhes forem atribuídas.

**Artigo 29.º**  
**(Funcionamento)**

- 1** – A Mesa Administrativa reúne sempre que o julgar conveniente, sob convocação do Provedor, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**2** – As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º do Compromisso, tendo o Provedor direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

### **Artigo 30.º (Criação de Mordomias)**

**1** – A fim de não sobrecarregar as suas reuniões ordinárias, a Mesa Administrativa pode criar mordomias ou grupos de análise e decisão, sobre assuntos ou serviços que pela sua especificidade ou extensão requeiram atenção mais detalhada.

**2** – Entre as mordomias, enumeram-se, além de outras, as áreas da saúde, área da terceira idade, da área da educação infanto-juvenil, da área cultural e recreativa, da área agropecuária.

### **Artigo 31.º (Competências das Mordomias)**

As mordomias funcionam como Órgãos de apoio à Mesa Administrativa ou aos seus Mesários a quem hajam sido delegadas atribuições específicas, competindo-lhes:

- a) Dar pareceres que lhe sejam solicitados;
- b) Coadjuvar, quando solicitadas, na implementação, execução ou exploração da atividade prosseguida por cada uma;
- c) Colaborar na execução dos planos sectoriais que a Mesa Administrativa entenda elaborar;
- d) Relatar à Mesa Administrativa os resultados dos seus trabalhos.

### **Artigo 32.º (Composição)**

**1** – As Mordomias serão constituídas preferencialmente por Irmãos ou por pessoas estranhas à Instituição, convidadas pela Mesa Administrativa, sem número predeterminado e integradas por um ou dois Mesários, consoante as necessidades.

**2** – Um dos Mesários chamados à composição da Mordomia presidirá aos seus trabalhos e resumi-lo-á, nas reuniões ordinárias do plenário da Mesa Administrativa.



A

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**3** – As Mordomias não têm poder deliberativo próprio, pelo que todas as suas decisões, terão que ser levadas à Mesa Administrativa.

### **Artigo 33.º (Conselho Fiscal)**

**1** – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Santa Casa da Misericórdia.

**2** – O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

**3** – Haverá, simultaneamente, três suplentes, que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistir às reuniões e tomar parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.

**4** – Para o Conselho Fiscal devem ser escolhidos, preferencialmente, os Irmãos que possuam conhecimentos indispensáveis ao exercício dos seus poderes de fiscalização.

**5** – Na hipótese de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente e este pelo Secretário.

**6** – Em caso de vacatura da maioria dos lugares do Conselho Fiscal, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

**7** – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

### **Artigo 34.º (Competências do Conselho Fiscal)**

**1** – Compete ao Conselho Fiscal, entre outras, vigiar pelo cumprimento da lei e deste Compromisso e, designadamente:

- a)** Exercer a fiscalização sobre a ação da Mesa Administrativa, velando, designadamente, sobre o cumprimento do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício seguinte;
- b)** Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Santa Casa da Misericórdia, bem como sobre os atos dos Órgãos Sociais, em especial nos domínios financeiro, económico e patrimonial, sempre que o julgue conveniente;



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- c) Dar parecer sobre os documentos previstos no artigo 21.º, n.º 1, alínea c), bem como sobre qualquer outro assunto que os Órgãos Sociais submetam à sua apreciação, designadamente sobre a aquisição e alienação de imóveis, reforma ou alteração deste Compromisso;
- d) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões da Mesa Administrativa, quando para tal for convocado pelo Provedor;
- e) Examinar e conferir os valores existentes nos cofres, sempre que o considere oportuno;
- f) Verificar os balancetes da tesouraria, quando o entender;
- g) Solicitar à Mesa Administrativa os elementos que considerar necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele Órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique;
- h) Apresentar à Mesa Administrativa qualquer sugestão que considere útil para os melhores procedimentos de administração da Misericórdia de Anadia ou qualquer proposta que vise a melhoria do regime de contabilidade usado.

**2** – O órgão de fiscalização pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da Instituição o justifique.

**Artigo 35.º**  
**(Funcionamento)**

**1** – O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também, extraordinariamente, para apreciação de assuntos de carácter urgente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros.

**2** – As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º deste Compromisso, tendo o Presidente direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

**Artigo 36.º**  
**(Processo e matérias de natureza eleitoral)**

**1** – As eleições regem-se por este Compromisso, pelo Direito Canónico e pela lei civil.

**2** – A abertura do processo eleitoral para os Corpos Gerentes compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, cabendo à Mesa Administrativa a preparação do caderno eleitoral.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

- 3** - A eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos Irmãos presentes, finda a qual o Presidente da Mesa da Assembleia Geral anunciará os resultados e proclamará os eleitos, lavrando-se e assinando-se a respetiva ata. Comunicará ao Bispo Diocesano para homologação, devendo os eleitos tomar posse em sessão que terá lugar em data que não ultrapasse a primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições, reportando-se o início do mandato ao dia 1 de janeiro.
- 4** – As reclamações contra a lista ou listas de candidatura serão decididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e da decisão deste cabe recurso canónico para o Bispo Diocesano.
- 5** – Todos os demais procedimentos de natureza eleitoral serão disciplinados em regulamento próprio, aprovado expressamente pela Assembleia Geral.
- 6** – O contencioso eleitoral é da competência do Bispo Diocesano, nos termos do Direito Canónico.
- 7** – Em ponderadas circunstâncias extraordinárias e excepcionais, e após audiência prévia escrita do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia no prazo perentório de 10 dias, o Bispo Diocesano poderá designar uma comissão administrativa por um período de tempo limitado, mas nunca superior a seis meses, para organizar e concluir o processo eleitoral e pôr em funcionamento regular os Órgãos Sociais da Misericórdia.

**Artigo 37.º**  
**(Património)**

- 1** – O património da Santa Casa da Misericórdia é constituído por todos os bens e direitos que integram o seu ativo, bem como pelos que venha a adquirir ou a receber por título legítimo.
- 2** – As benemerências aos Órgãos Sociais ou a algum dos seus membros, na qualidade de representante da Santa Casa da Misericórdia, são pertença desta.
- 3** – A alienação ou oneração do património da Misericórdia obedece ao previsto nos artigos 21.º e 22.º deste Compromisso.
- 4** - A Santa Casa da Misericórdia deve aceitar heranças, legados ou doações, nos termos da lei, contando que não fique a cumprir encargos que excedam as forças da herança ou do legado ou o ónus da doação e que não sejam contrários à lei.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

### **Artigo 38.º (Rendimentos)**

Constituem, nomeadamente, receitas da Santa Casa da Misericórdia:

- a) As quotas dos respetivos Irmãos;
- b) As heranças, legados, doações e respetivos rendimentos;
- c) Os subsídios, participações e compensações de entidades públicas, privadas e religiosas;
- d) O produto da alienação de bens;
- e) Os espólios móveis dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos herdeiros ou seus representantes, no prazo de um ano a contar do dia do falecimento;
- f) Os rendimentos de prestação de serviços desenvolvidos no âmbito dos fins compromissórios, bem como de outras atividades acessórias;
- g) Os rendimentos dos bens próprios;
- h) O produto de campanhas de angariação de fundos e dos donativos particulares;
- i) O produto de empréstimos;
- j) Os rendimentos obtidos de investimentos financeiros;
- k) O produto da venda de publicações sobre a história e atividades da Misericórdia;
- l) Quaisquer outros rendimentos conformes com a lei, este Compromisso ou os regulamentos.

### **Artigo 39.º (Gastos)**

**1** – As despesas da Santa Casa da Misericórdia são de funcionamento e de investimento.

**2** – Constituem, nomeadamente, despesas de funcionamento:

- a) As que resultam da execução do presente Compromisso;
- b) As do exercício do culto e as que resultam do cumprimento de encargos da responsabilidade da Misericórdia;
- c) As que assegurem a conservação e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo a retribuição de colaboradores e os encargos patronais;
- d) As dos impostos, contribuições e taxas que oneram bens e serviços;
- e) As quotizações devidas a entidades de que a Misericórdia seja associada;
- f) As que resultam de despesas de representação e da deslocação de beneficiários, membros dos Órgãos Sociais e trabalhadores, quer em serviço da Misericórdia, quer para benefício dos próprios assistidos.



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

**3 – Constituem, nomeadamente, despesas de investimento:**

- a) As despesas de construção e equipamento de novos edifícios, serviços e obras ou de ampliação dos já existentes;**
- b) As despesas de aquisição de prédios rústicos e urbanos, veículos e outros equipamentos.**

### **Artigo 40.º (Beneméritos e Honorários)**

**1 – Podem ser declarados Beneméritos da Irmandade da Misericórdia, sem, no entanto, assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, por lhe haverem efetuado donativos ou doações relevantes, sejam merecedoras de tal distinção.**

**2 – Podem ser declarados Honorários da Irmandade da Misericórdia, sem, no entanto, assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados, sejam merecedoras de tal distinção.**

**3 – A declaração de Benemérito e Honorário compete à Assembleia Geral, mediante proposta da Mesa Administrativa, procedendo à sua inscrição em Livro especial próprio e passando-lhe o respetivo diploma.**

**4 – Os Beneméritos e Honorários existentes à data de aprovação deste Compromisso manterão essa qualidade e gozarão dos direitos próprios, sem prejuízo de outros especiais que, entretanto, lhes tenham sido concedidos.**

### **Artigo 41.º (Extinção)**

**1 – A extinção da Santa Casa da Misericórdia processa-se nos termos das leis civil e canónica.**

**2 – A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção, por maioria qualificada, na sequência de convocatória expressamente efetuada para o efeito, nos termos previstos no artigo 22.º deste Compromisso.**

**3 – A Assembleia Geral que deliberar a dissolução nomeará os liquidatários de entre os Irmãos presentes.**

**4 – Em caso de extinção da Misericórdia, o remanescente dos respetivos bens, após os que tiverem o destino decorrente de vinculação legal ou compromissória específica, será, por deliberação da Assembleia Geral e após ouvido o Bispo Diocesano territorialmente competente, atribuído a outra Instituição de**



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

Misericórdia ou Instituição de expressão católica com finalidade idêntica, em estrita observância do Compromisso CEP/UMP.

**5** – Em caso de extinção da Misericórdia, competirá igualmente à Assembleia Geral eleger uma comissão liquidatária, com poderes limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes.

**6** – A extinção da Misericórdia, como Instituição Particular de Solidariedade Social, implica a sua subsistência como pessoa jurídica canónica, mantendo a propriedade dos bens afetos a fins de carácter religioso ou a outras atividades a que se dedique.

**Artigo 42º  
(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste Compromisso serão resolvidas ou integradas conformemente à lei, ao Compromisso CEP/UMP e aos princípios gerais de direito canónico ou civil.

**Artigo 43.º  
(Norma Transitória)**

Constituído por quarenta e três artigos, este Compromisso revoga integralmente o anterior Compromisso da Santa Casa da Misericórdia, entrando em vigor imediatamente após aprovação, em Assembleia Geral e cumprimento das demais formalidades exigidas por lei.

Versão de alterações aprovada em Assembleia Geral de Irmãos de 17 de  
Março de 2025



Santa Casa da Misericórdia de Anadia

A Mesa da Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Anadia

Assinaturas

Luís Filipe Cruz Gerveira Varandas

Eduardo Manuel Ferreira Almeida da Natividade de Jesus

Manuel das Neves Cardoso